



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

**Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana -
Coordenação de Controle Processual**

Processo nº 2090.01.0009324/2024-32

Belo Horizonte, 02 de julho de 2024.

Procedência: Despacho nº 388/2024/FEAM/URA CM - CCP

Destinatário(s): Mateus Romão

Assunto: Autotutela - Processo de Licenciamento Ambiental - DN Copam nº 222/2018

DESPACHO

Trata-se de informação protocolada pelo empreendedor SCV Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., manifestando interesse no prosseguimento do processo de licenciamento - SLA nº 406/2024 (id 91578052) pelo órgão ambiental estadual, tendo em vista as novas diretrizes estabelecidas institucionalmente pelo Memorando.FEAM/DRA nº 348/2024 (sei nº 2090.01.0019093/2024-12 / id 91183379).

Cumprе esclarecer que com a publicação do Plano de Manejo da UC Estação Ecológica do Cercadinho, a zona de amortecimento aprovada passou a ser inferior ao raio inicialmente previsto de 3 (três) Km, sendo que referidas informações foram atualizadas junto à plataforma IDE-SISEMA, após a formalização de alguns processos de licenciamento ambiental em observância as disposições da DN nº 222/2018.

Dessa forma, visando adequar os processos de licenciamento formalizados à luz das disposições normativas da DN nº 222/2018 que se localizavam fora da zona de amortecimento estabelecido pelo plano de manejo da Estação Ecológica do Cercadinho, foi orientado no âmbito Institucional o arquivamento dos processos de licenciamento que estavam aguardando conclusão e decisão.

Ressalta-se que, posteriormente, no intuito de fixar diretrizes de transição e, em atenção aos princípios da não surpresa, contraditório e razoabilidade, restou consagrado o entendimento institucional, através do Memorando.FEAM/DRA nº 348/2024 (sei nº 2090.01.0019093/2024-12 / id 91183379), a necessidade de realizar a autotutela em relação ao arquivamento dos processos de licenciamento ambiental em razão da DN nº 222/2018, devendo ser retomada a sua análise pelo órgão licenciado competente.

Portanto, faz-se necessária a realização de autotutela pelo órgão ambiental licenciador para anular a decisão administrativa de arquivamento do processo de licenciamento ambiental – SLA nº 406/2024 em razão dos fundamentos ora apresentados, bem como o constante no Memorando.FEAM/DRA nº 348/2024 (sei nº 2090.01.0019093/2024-12 / id 91183379).

Frise-se que o princípio da autotutela estabelece que a Administração Pública possui o poder-dever de controlar os próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos.

Dessa forma, o art. 64 da Lei Estadual nº 14.184/2002 que estabelece normas gerais sobre o processo administrativo no âmbito estadual prevê:

Art. 64 – A Administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Trata-se, portanto, de um poder-dever, ou seja, uma obrigação. Assim, o controle de legalidade, em

decorrência da autotutela, pode ser realizado independentemente de provocação, pois se trata de um poder-dever de ofício da Administração, em que pese haver recurso administrativo interposto pelo empreendedor.

Ressalta-se que a autotutela também encontra limites no princípio da segurança jurídica e da estabilidade das relações jurídicas.

Ante o exposto esta Coordenação de Controle Processual – CCP/URA CM sugere a realização de autotutela para anulação da decisão administrativa de arquivamento do processo de licenciamento ambiental – SLA nº 406/2024, devendo ser retomada sua análise pelo órgão ambiental licenciador estadual.



Documento assinado eletronicamente por **Giovana Randazzo Baroni, Coordenadora**, em 02/07/2024, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **91601059** e o código CRC **9CDBCDE7**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana -
Coordenação de Controle Processual

Decisão FEAM/URA CM - CCP nº. 1/2024

Belo Horizonte, 02 de julho de 2024.

DECISÃO DE DESARQUIVAMENTO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental – URA CM no uso de suas atribuições e com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023 c/c art. 64, da Lei Estadual nº 14.184/2002 e

Considerando o teor do Memorando.FEAM/DRA nº 348/2024 (sei nº 2090.01.0019093/2024-12 / id 91183379);

Considerando a recomendação contida no Despacho nº 388/2024/FEAM/URA CM/CCP (id 91601059);

Ante o exposto, utilizando da prerrogativa da autotutela, nos termos do art. 64, da Lei Estadual nº 14.184/2002, determina a **anulação** da Decisão Administrativa de arquivamento do processo de licenciamento – SLA nº 406/2024 devendo ser retomada sua análise pelo órgão licenciador competente.

Publique-se.



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Romao Oliveira, Chefe Regional**, em 02/07/2024, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **91610803** e o código CRC **27E72DE7**.

Referência: Processo nº 2090.01.0009324/2024-32

SEI nº 91610803



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana

Processo nº 2090.01.0009324/2024-32

Belo Horizonte, 02 de julho de 2024.

Procedência: Despacho nº 274/2024/FEAM/URA CM

Destinatário(s): Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana - Núcleo de Apoio Operacional

Assunto: Autotutela - Processo de Licenciamento Ambiental - DN Copam nº 222/2018

DESPACHO

Prezada Coordenadora,

Considerando Decisão nº 01/2024 (91610803), solicito que sejam realizados os procedimentos administrativos necessários para publicidade da decisão, bem como as devidas alterações no SLA para que o processo retorne para a análise da equipe técnica e jurídica. Destaco que, caso tenham sido solicitadas informações complementares, o status da verificação (validada/invalidada) destas informações também deverão ser cancelados para que a equipe tenha oportunidade de realizar nova avaliação.

Atenciosamente,

Mateus Romão Oliveira

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental
Central Metropolitana - URA/CM



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Romao Oliveira, Chefe Regional**, em 02/07/2024, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **91616904** e o código CRC **42F9A0A9**.

Referência: Processo nº 2090.01.0009324/2024-32

SEI nº 91616904

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por VAGNER APARECIDO DE JESUS - MaSP 1.449.733-3, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 175/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 23 de abril de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 372/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD_PROC/2024. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e do advogado Marcondes Pereira B. Júnior OAB/MG 185.965. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.
Belo Horizonte, SEJUSP, 3 de julho de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 203/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 24 de maio de 2023, bem como no Parecer nº 340/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD_PROC/2024, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 25 (vinte e cinco) dias à processada SIMONE DIAS DE FREITAS - MaSP 1.173.287-2, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotada no Centro de Remanejamento Provisório de Belo Horizonte I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 246, inciso I, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa da processada acima qualificada e do advogado Gabriel Cândido R. Soares OAB/MG 120.029. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.
Belo Horizonte, SEJUSP, 3 de julho de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 357/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 25 de agosto de 2022, bem como no Parecer nº 414/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD_PROC/2024, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 1 (um) dia aos processados CARLOS HUMBERTO DE CASTRO - MaSP 1.134.451-2, Agente de Segurança Penitenciário nomeado para cargo em comissão DAD-6, admissão 3, e EDUARDO SEBASTIAO - MaSP 1.214.632-0, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3, lotados no Presídio de Uberlândia I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, inciso VI, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos processados acima qualificados e do advogado Victor Bruno Alves J. G. Rodrigues OAB/MG 154.255. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.
Belo Horizonte, SEJUSP, 3 de julho de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 056/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 17 de fevereiro de 2022, bem como no Parecer nº 399/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD_PROC/2024, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de PAULO ALEXANDRE DUARTE - MaSP 1.129.568-0, Agente de Segurança Penitenciário nomeado para cargo em comissão DAD-6, admissão 3, lotado no Centro de Ressocialização e Pré-soltura de Ribeirão das Neves I - José Abranches Gonçalves à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do defensor dativo Washington Souza Santos – MASP 1.140.635-2. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.
Belo Horizonte, SEJUSP, 3 de julho de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 421/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 29 de outubro de 2021, bem como no Parecer nº 250/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD_PROC/2024, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de CAIO APARECIDO DE OLIVEIRA AMADOR - MaSP 1.403.164-5, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2, e LUCIANO JOSÉ MAIA - MaSP 1.455.193-1, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotados no Presídio de Guaraniânia I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos processados acima qualificados, do advogado Frederico Rodrigues M. Oliveira OAB/MG 150.368 e do defensor dativo Washington Souza Santos – MASP 1.140.635-2. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.
Belo Horizonte, SEJUSP, 3 de julho de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por GUILHERME MELLO VIEIRA LIMA - MASP 1.444.134-9, PEDRO HICARO FONTES DO NASCIMENTO - 1.441.631-7 e ARLINDO EDDSON HONÓRIO - MASP 1.211.048-2, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 371/2020, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 17 de março de 2023, resolve negar-lhes provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 338/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD_PROC/2024. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos recorrentes acima qualificados e dos advogados Leonardo Braga Schlittler OAB/MG 93.911 e Josiane de Souza Borges OAB/MG 171.488. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.
Belo Horizonte, SEJUSP, 3 de julho de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 434/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 30 de novembro de 2021, bem como no Parecer nº 391/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD_PROC/2024, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de WEMERSON CLAYTON DE JESUS CATARINO DE ALMEIDA - MaSP 1.381.331-6, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado no Centro de Remanejamento Provisório de Belo Horizonte I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado do advogado Gabriel Cândido R. Soares OAB/MG 120.029. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.
Belo Horizonte, SEJUSP, 3 de julho de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 321/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 27 de julho de 2022, bem como no Parecer nº 432/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD_PROC/2024, ABSOLVE a processada IARA FELIX PINTO - MaSP 374.369-7, desligada do cargo de Auxiliar Administrativo, admissão 1, lotada na Secretaria de Justiça e Segurança Pública à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa da processada acima qualificada. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.
Belo Horizonte, SEJUSP, 3 de julho de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por SIDNELLY APARECIDA DE ALMEIDA - MaSP 1.358.822-3, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 447/2021, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 22 de março de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 331/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD_PROC/2024. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa da recorrente acima qualificada. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.
Belo Horizonte, SEJUSP, 3 de julho de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EDITAL DE CHAMAMENTO
A Presidente da Comissão do Processo Disciplinar Simplificado nº 018/2023, Juliana Gonçalves Cherin, conforme PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PDS Nº 018/2023, publicada no Minas Gerais de 11/05/2023, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o ex-prestador de serviços Wanderson Janeti Machado, Masp: 1.355.531-3, no prazo de 10 dias úteis, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente tomar conhecimento e comparecer diante das audiências de oitivas de testemunhas e interrogatório próprio, no dia 06/08/2024, das 09:00h às 12:00h, visando participar dos atos instrutórios do processo, que ocorrerão na modalidade virtual, através da plataforma digital “Google Meet”, e que poderá obter os links de acesso para as salas de reunião através de contato com a Comissão Processante, por intermédio do endereço eletrônico correlogeria.regional5risp@gmail.com, e assim exercer amplamente direito de defesa e contraditório para os fatos a ele atribuídos que caracterizaram, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, conduta que se comprovada remete ao descumprimento do disposto nos artigos 216, incisos V e VI, c/c artigos 245, e 246, inciso I, com incidência no artigo 250, incisos I, II e V, todos na forma da Lei nº 869/1952, estando sujeito a uma das penalidades previstas no artigo 244, incisos I, III ou VI do referido Diploma Legal c/c artigos 3º e 4º do Decreto nº 47.788/1919; sob pena de REVELIA.
Uberaba, 02 de julho de 2024
Juliana Gonçalves Cherin
Masp: 1.377.979-8
Presidente da Comissão Disciplinar

EDITAL DE CHAMAMENTO
O Sr. Guilherme Rasmussen Codinhoto, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar - PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 466/2023, publicado no Diário Oficial em 29 de novembro de 2023, tendo em vista o disposto no artigo 225, parágrafo único da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, REYLLER VOGEL DOS SANTOS - MaSP 1.445.076-1, por se achar em local incerto e não sabido, para comparecer perante a Comissão, instalada na Sede da Diretoria Regional da 13ª RISP, rua Coronel Teodoro Gomes de Araújo, 1195, Grogotó, CEP 36202-628, Barbacena – MG, nos dias úteis, das 08:00 às 16:00 horas, telefone (32) 3332-2123, e-mail nucad13@gmail.com, no prazo de 10 dias, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de tomar conhecimento de Processo Administrativo Disciplinar Simplificado em seu desfavor, acompanhar tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, constituir advogado, apresentar rol de testemunhas e defesa prévia, caso queira, para os fatos atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, estando sujeito as penalidades administrativas de repreensão ou suspensão, nos termos da Lei 869/1952, sob pena de REVELIA.
Barbacena, 04 de julho de 2024
Guilherme Rasmussen Codinhoto
MASP 1.379.045-6
Presidente da Comissão

EXTRATO DA PORTARIA DEPEN
Nº 38/2024, DE 03 DE JULHO DE 2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO
Nº 1450.01.0023528/2024-53
Descumprimento de cláusulas do contrato nº 9377919/2023 (Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga, Presídio Professor Jacjy de Assis). Empresa RE TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA, CNPJ nº 17.167.398/0001-58, com sede na Avenida João Pinheiro, nº 274, Sala 204, Lourdes, Belo Horizonte/MG. Práticas previstas no inciso VI do art. 3º e nos incisos I, II, IV e VI do art. 4º da Resolução SEAP nº 49/2017, puníveis com sanções desde advertência escrita até declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (de acordo com as sanções previstas no artigo 38 do Decreto Estadual nº 45.902/2012, nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002).
Convoco a Comissão Processante Permanente da SEJUSP, para instrução e conclusão de todo o procedimento, conforme Resolução SEAP nº 01, de 13 de fevereiro de 2017.
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública,
Belo Horizonte, 03 de julho de 2024
Carlos Vinícius de Souza Figueiredo
Assessor Orçamentário e Financeiro - DEPEN/MG
Ordenador de Despesas

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 1332, DE 27 DE JUNHO DE 2024
Dispõe sobre a delegação de competência para fins de apuração de frequência do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo § 1º, inciso III, do Art. 93 da Constituição do Estado; a Lei Estadual 24.313, de 28 de Abril de 2023; o Decreto Estadual 48.659, de 28 de Julho de 2023, e tendo em vista o disposto na Resolução SEPLAG nº 10, de 1º de Março de 2004 e no art. 17, da Resolução SEPLAG nº 35, de 31 de março de 2023, RESOLVE:
RESOLVE:
Art. 1º - Fica delegada à servidora Mireilli Carvalho Miranda Marinho, MASP 1498339-9, a competência para a prática da apuração da frequência, mediante assinatura das Folhas de Ponto, dos Diretores Gerais das Unidades Socioeducativas de Administração Direta e dos Diretores de Segurança das Unidades Socioeducativas de Gestão Híbrida, lotados e em exercício nas unidades: Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional, Centro de Internação Provisória Dom Bosco, Centro de Internação Provisória Patos de Minas, Centro de Internação Provisória Sete Lagoas, Centro Socioeducativo Divinópolis, Centro Socioeducativo Governador Valadares, Centro Socioeducativo Horto, Centro Socioeducativo Ipatinga, Centro Socioeducativo Juiz de Fora, Centro Socioeducativo Lindeia, Centro Socioeducativo Montes Claros, Centro Socioeducativo Pirapora, Centro Socioeducativo Ribeirão das Neves, Centro Socioeducativo Santa Clara, Centro Socioeducativo Santa Helena, Centro Socioeducativo Sete Lagoas, Centro Socioeducativo Teófilo Otoni, Centro Socioeducativo Uberaba, Centro Socioeducativo Uberlândia e Centro Socioeducativo Unai.
Parágrafo Único: O Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública poderá avocar, a qualquer momento, a competência para a prática dos atos previstos nos incisos deste artigo.
Art. 2º - O ato de delegação se dará por prazo indeterminado, podendo ser revogado a qualquer tempo pela autoridade delegante.
Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

ATO 606/2024 - ATO DE AFASTAMENTO PARA CURSO DE FORMAÇÃO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 48659, de 28/07/2023 e em cumprimento à decisão proferida em sede do Mandado de Segurança nº 5147716-94.2024.8.13.0024, concede afastamento a contratada temporária LUANNY KETHRY TOLEDO DE SOUZA, MaSP 1556462 / 8, AGSE, para participação no Curso de Formação Profissional do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo- Edital nº 01/2022, relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 09/07/2024 à 05/08/2024, 07/08/2024 à 14/09/2024, 20/09/2024, 23/09/2024 à 05/10/2024, sem prejuízo da remuneração.
Belo Horizonte, 03 de julho de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EDITAL DE CHAMAMENTO
O Sr. Bruno Fernandes Rodrigues, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PDS Nº 045/2022, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 26/08/2022, tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 225 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e considerando as infrutíferas tentativas de citação, por estar em lugar incerto e não sabido, CONVOCA e CITA, durante oito dias consecutivos, o servidor Thiago R. do Nascimento - MASP 1.352.xxx-7, ex-prestador de serviço na função de Agente de Segurança Penitenciário, para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na instalada na Rodovia Para João Paulo II, nº 4.143, edifício Minas, 3º andar, Cidade Administrativa, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte – MG, CEP 31630-900 nos dias úteis, das 08h00min às 16h00min ou através do e-mail: comissaoter74@gmail.com, no prazo máximo de dez dias, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Administrativo Disciplinar, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa para o fato que lhe é atribuído, que caracterizam, em tese, conforme portaria inaugural, infração aos artigos 216, inciso V e VI, art. 245, caput e parágrafo único, art. 246 inciso I, e artigo 250, inciso IV, todos na forma da Lei 869, de 05 de julho de 1952, sob pena de REVELIA. Considerando que o referido processo está autuado em sigilo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), sob o número 1520.01.0009276/2022-18, o ex-prestador de serviço ou o (a) advogado (a) legalmente constituído (a) poderá, de maneira alternativa, e fazendo prova desta condição, entrar em contato pelo e-mail: comissaoter74@gmail.com, no prazo acima assinalado, para receber as devidas orientações relativas ao necessário cadastramento no SEI. Após o cadastramento, o ex-prestador de serviço e sua (sua) representante legal, se constituído (a), obterão acesso eletrônico a todos os atos processuais, podendo, nesta plataforma, inserir sua defesa prévia, provas e outras manifestações. A presente publicação torna válida e eficaz esta citação, para todos os fins legais, e, portanto, a tramitação processual prosseguirá independentemente de manifestação do ex-prestador de serviço ou de sua defesa, sob pena de não manifestação a nomeação de defensor dativo.
Belo Horizonte, 26 de junho de 2024
Bruno Fernandes Rodrigues
Masp.: 1.208.292-1
Presidente da Comissão

EDITAL DE CHAMAMENTO
O Sr. Ednilson Pereira Viana, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Disciplinar Simplificado instaurado por meio da PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 451/2022, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 27 de setembro de 2022, tendo em vista o disposto no artigo 234 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, INTIMA o servidor MILANO ROCHA SANTOS - MASP 1.172.900-1, ocupante de cargo efetivo de Agente de Segurança Penitenciário, lotado no Presídio de Unai I, unidade integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da 8ª (oitava) e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, para querendo comparecer às audiências das testemunhas a serem realizadas em 25/07/2024 (quinta-feira) às 09h00, 09h30min, bem como para seu INTERROGATORIO que será realizado no mesmo dia em 25/07/2024 (quinta- feira) às 10h00 por modalidade de videoconferência através da sala de reuniões do Google Meet no link (https://meet.google.com/wuc-oudh-efv), ficando a comissão à disposição através do endereço Rua Filadelfo Souza Pinto, Nº 141, Bairro Nova Divinícia CEP: 38.613-080 - Unai - MG, nos dias úteis, das 08h00min às 16h00min, endereço eletrônico e telefone: nucad16risp@gmail.com, telefone (38) 3676-9707, para dirimir eventuais dúvidas e/ou fornecer orientações. Neste ato, fica o processado ciente que poderá constituir procurador para acompanhar as oitivas, em observância ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988. Caso não se apresente ou se manifeste, será designado nos termos do art. 226 da Lei 869/1952 DESIGNO “ex-officio” o servidor Washington Souza Santos - MASP 1.140.xxx-2, para atuar como Defensor Dativo do processado, no intuito de acompanhar as oitivas das testemunhas e em caso de indiciamento, apresentar alegações finais de defesa, com vistas a contemplar o direito de ampla defesa e contraditório em respeito ao devido processo legal. Desta forma, fica intimado o processado abaixo relacionado pelo presente mandado. INTIMADO MILANO ROCHA SANTOS - MASP 1.172.900-1.
Unai-MG 27 de junho de 2024
Ednilson Pereira Viana
Masp: 1.341.003-0
Presidente da Comissão

ATO 570/2024 ANULAÇÃO
ANULA o ato referente ao(s) servidor(es):
Masp1309318 / 2, RAMON JUNIOR ARAUJO SILVA AGUILAR, ato de progressão na carreira, publicado em 14/06/2024, na Resolução Sejusp Nº1149, DE 13 DE JUNHO DE 2024, por motivo de concessão indevida.
Masp 1258335 / 7, ALESTER FLAVIO PAULA DE SOUZA , ato de progressão na carreira, publicado em 14/06/2024, na Resolução Sejusp Nº1149, DE 13 DE JUNHO DE 2024, por motivo de concessão indevida.

Masp 1134260 / 7 , MARCIO RONI CARVALHO SILVA , ato de progressão na carreira, publicado em 14/06/2024, na Resolução Sejusp Nº1149, DE 13 DE JUNHO DE 2024, por motivo de concessão indevida.

Masp 1396916 / 7 , ERICH MACEDO DE CARVALHO , ato de progressão na carreira, publicado em 14/06/2024, na Resolução Sejusp Nº1149, DE 13 DE JUNHO DE 2024, por motivo de concessão indevida.

Masp 1133517 / 1 ,DANIEL CANDIDO SOARES , ato de progressão na carreira, publicado em 14/06/2024, na Resolução Sejusp Nº1149, DE 13 DE JUNHO DE 2024, por motivo de concessão indevida.

Masp 1445414 / 4 , RIVALDO ARIEL DE SENA COSTA , ato de progressão na carreira, publicado em 14/06/2024, na Resolução Sejusp Nº1149, DE 13 DE JUNHO DE 2024, por motivo de concessão indevida.

Belo Horizonte, 02 de julho de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

03 1961117 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Diretor de Gestão Regional torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:
1) Licenciamento Ambiental Simplificado - Relatório Ambiental Simplificado (LAS-RAS): *Vale S.A. - Disposição de rejeito na cava Gongo Soco - Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e II-B, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção - Barão de Cocais/MG - PA Nº 639/2023 - Classe 3.
(a) Vitor Reis Salum Tavares
Diretor de Gestão Regional.

Masp 1396167 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:
1) Petróleo Brasileiro S.A. – Barragem de Palmeiras, barragens ou bacias de amortecimento de cheias, Ibirité/MG, SEI nº 1080.01.0068925/2021-98.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna sem efeito a publicação do arquivamento do processo de licenciamento ambiental 1) SCV Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., atividades e empreendimentos residenciais multifamiliares, comerciais ou industriais previstos no art. 4º-B, da Lei Estadual 15.979 de 2006, desde que sujeitos ao licenciamento ambiental estadual nos termos da Deliberação Normativa Copam nº 222, de 23 de maio de 2018, Nova Lima /MG, Processo nº 406/2024, classe 4, realizada no Diário Oficial de “MG” no dia 03/05/2024 - página 11, tendo em vista a necessidade de retificação da publicação.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:
*Licença de Operação (LAT): 1) IGAR - Igarapé Reciclagens Ltda., descaracterização de veículos: processamento ou reciclagem de sucata, Igarapé/MG, Processo nº 1162/2024, classe 4.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

03 1961520 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada: - Licença Ambiental Simplificada – LAS/RAS: 1) CTR PEDRA VERDE LTDA, Aterro sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte – ASPP, Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos urbanos, Itaobim/MG, PA nº 566/2024, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 02/07/2034.

(a) Carla Fernanda de Araújo
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha.

03 1961547 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público que foi apresentado Recurso Administrativo em face do arquivamento da Licença Ambiental do empreendimento abaixo identificado, cuja decisão foi a seguinte:
- LAC 2 (LP+LI): *Minas PCH S.A. – PCH Limeira, Sistema de geração de energia hidrelétrica, exceto Central Geradora Hidrelétrica - CGH, Frei Inocência, Marilac e Mathias Lobato/MG, PA/Nº 12913/2008/001/2010 (híbrido SEI 1370.01.0029032/2023-63), Classe 4. Decisão: não conhecido.

(a) Lirriet de Freitas Libório Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas.

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público que foi apresentado Recurso Administrativo em face do indeferimento da Licença Ambiental do empreendimento abaixo identificado, cuja decisão foi a seguinte:
LAS RAS: *UTC – Usina de Triagem de São João do Manteninha, Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos urbanos, São João do Manteninha/MG, PA/Nº 2695/2023, Classe 2. Decisão: não conhecido.

(a) Lirriet de Freitas Libório Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas.

03 1961678 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202407040124150113.

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público que foram CONCEDIDAS as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1)Rosimare Borges,Avicultura e Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Formiga - MG, Processo nº1148/2024, com validade até 02/07/2034. 2)KSA Cosméticos LTDA, Fabricação de produtos de perfumaria e cosméticos, Divinópolis - MG, Processo nº1149/2024, com validade até 02/07/2034. 3)Cal Minas Comércio Representação e Transportes LTDA,Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração, Córrego Fundo - MG, Processo nº1163/2024, com validade até 03/07/2034. 4)Fernando Brandalero – Fazenda Poções matrícula 7.518, Avicultura, Felixlândia - MG, Processo nº1169/2024, com validade até 03/07/2034.

(a) Kamila Esteves Leal
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

04 1962446 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público a reconsideração da decisão de cancelamento do Termo de Ajustamento de Conduta do empreendimento abaixo identificado:

*Kaua Rendering Transportes Ltda., Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muare, etc); abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos, etc.), Perdoes/MG, Solicitação nº 2023.01.01.003.0000614, Classe 4.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

- LAC 2 - Licença de Operação: *Fábrica de Tecidos Santa Margarida S/A, Fiação e/ou tecelagem, exceto tricô e croché, Guaraniésia/MG, PA nº 1171/2024, Classe 5.

- LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: *Município de Aguanil, Estação de transbordo de resíduos sólidos urbanos, Aguanil/MG, PA nº 1172/2024, Classe 2.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

04 1962360 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público o Cancelamento da Licença Ambiental abaixo identificada:

- LAS Cadastro: 1) Auto Posto Sobrália Eireli., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Sobrália/MG, PA/nº 4539/2021, Classe 2. Motivo: empreendimento não está em funcionamento.

(a) Lirriet de Freitas Libório Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna que foi apresentada Desistência de Recurso Administrativo público apresentado em face do arquivamento da Licença Ambiental do empreendimento abaixo identificado, cuja decisão foi a seguinte:

- LAS RAS: 1) Fazenda Santa Rita de Cássia/Raul De Cassio Amorim Neto, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Galiléia/MG, PA/nº 2892/2023, Classe 2. Motivo: falha na instrução processual.

(a) Lirriet de Freitas Libório Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou em 04/06/2024:

- LAS RAS: 1) Fazenda Santa Rita de Cássia/Raul De Cassio Amorim Neto, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Galiléia/MG, PA/nº 946/2024, Classe 2.

(a) Lirriet de Freitas Libório Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Leste de Minas

04 1962289 - 1

DELIBERAÇÃO COPAM Nº 1.950 DE 03 DE JULHO 2024.

Altera a Deliberação Copam nº 1.788, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros da Câmara Técnica Especializada de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas do Conselho Estadual de Política Ambiental, para o mandato 2023-2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, parágrafo único do art. 15 do Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, e o art. 1º da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 26, de 31 de janeiro de 2024, DELIBERA:

Art. 1º – O subitem 2.2 do item 2 da alínea “c” do inciso II art. 2º da Deliberação Copam nº 1.788, de 30 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...)

II – (...)

c) (...)

2 – (...)

2.2 – 1º Suplente: A indicar;”.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2024.
LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

DELIBERAÇÃO COPAM Nº 1.951 DE 03 DE JULHO DE 2024. Altera a Deliberação Copam nº 1.787, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros da Câmara Técnica Especializada de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas do Conselho Estadual de Política Ambiental, para o mandato 2023-2025. O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, parágrafo único do art. 15 do Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, e o art. 1º da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 26, de 31 de janeiro de 2024, DELIBERA:

Art. 1º – O subitem 1.2 do item 1 da alínea “c” do inciso II do art. 2º da Deliberação Copam nº 1.787, de 30 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...)

II – (...)

c) (...)

1 – (...)

1.2 –1º Suplente: A indicar;”.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2024.
LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

DELIBERAÇÃO COPAM Nº 1.952, DE 03 DE JULHO DE 2024.

Altera a Deliberação nº 1.785, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização do Conselho Estadual de Política Ambiental, para o mandato 2023-2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, Inciso VII e parágrafo único do art. 15 do Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, e o art. 1º da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 26, de 31 de janeiro de 2024, DELIBERA:

Art. 1º – O subitem 2.3 do item 2 da alínea “c” do inciso II do art. 2º da Deliberação Copam nº 1.785, de 30 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...)

II – (...)

c) (...)

2 – (...)

2.3 – 2º Suplente: A indicar;”.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2024.
LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

DELIBERAÇÃO COPAM Nº 1.953, DE 03 DE JULHO DE 2024.

Altera a Deliberação nº 1.790, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros da Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana do Conselho Estadual de Política Ambiental, para o mandato 2023-2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, parágrafo único do art. 15 e §3º do art. 20 do Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, e o art. 1º da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 26, de 31 de janeiro de 2024, DELIBERA:

Art. 1º – O subitem 2.1 do item 2 da alínea “e” do inciso II do art. 2º da Deliberação Copam nº 1.790, de 30 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...)

II – (...)

e) (...)

2 – (...)

2.1 – Titular: A indicar;”.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2024.
LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

DELIBERAÇÃO COPAM Nº 1.954, DE 03 DE JULHO DE 2024.

Altera a Deliberação Copam nº 1.791, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha do Conselho Estadual de Política Ambiental, para o mandato 2023-2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, parágrafo único do art. 15 e §3º do art. 20 do Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, e o art. 1º da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 26, de 31 de janeiro de 2024, DELIBERA:

Art. 1º – O subitem 1.2 do item 1 da alínea “e” do inciso II do art. 2º, da Deliberação Copam nº 1.791, de 30 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...)

II – (...)

e) (...)

2 – (...)

1.2 – 1º Suplente: A indicar;”.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2024.
LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

DELIBERAÇÃO COPAM Nº 1.955, DE 03 DE JULHO DE 2024.

Altera a Deliberação Copam nº 1.792, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros da Unidade Regional Colegiada Leste Mineiro do Conselho Estadual de Política Ambiental, para o mandato 2023-2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, parágrafo único do art. 15 e §3º do art. 20 do Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, e o art. 1º da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 26, de 31 de janeiro de 2024, DELIBERA:

Art. 1º – O subitem 1.1 do item 1 da alínea “e” do inciso II do art. 2º, da Deliberação Copam da nº 1.792, de 30 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...)

II – (...)

e) – (...)

1 – (...)

1.1 – Titular: A indicar;”.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2024.
LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

DELIBERAÇÃO COPAM Nº 1.956, DE 3 DE JULHO DE 2024.

Altera a Deliberação nº 1.795, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros da Unidade Regional Colegiada Sul de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental, para o mandato 2023-2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, parágrafo único do art. 15 e §3º do art. 20 do Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016 e o art. 1º da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 26, de 31 de janeiro de 2024, DELIBERA:

Art. 1º – O subitem 1.1 do item 1 da alínea “v” do inciso II do art. 2º, da Deliberação Copam nº 1.795, de 30 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...)

II – (...)

e) (...)

1 – (...)

1.1 – Titular: A indicar;”.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 3 de julho de 2024.
LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

04 1962231 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na Modalidade Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Marlon Geraldo Vargas/São Francisco I e II, São Geraldo, Marília, Capão ou Lages e Riacho Fundo - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - João Pinheiro/MG. Processo: 1167/2024.

(a) Ricardo Barreto Silva

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste.

04 1962281 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam torna públicas as DECISÕES deliberadas na 47ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana, realizada remotamente, via videoconferência com transmissão ao vivo pelo endereço virtual: https://www.youtube.com/channel/UCUj1iAb462m8Py3C1jsJl4w, no dia 03 de julho de 2024, às 9h, a saber: 5. Exame da Ata da 46º RO de 08/05/2024. APROVADA. 6. Processos Administrativos para exame do Recurso ao indeferimento de processo de regularização ambiental: 6.1. Caio Martins da Silva Almeida - Avicultura - Baldim/MG - Licença Ambiental Simplificada/Relatório Ambiental Simplificado (LAS/RAS)- PA/SLA/Nº 4223/2022 - Classe 2. Apresentação: URA CM. BAIXADO EM DILIGÊNCIA. 6.2 Carlos Mauricio Vasconcelos Gonzaga/Fazenda Saco dos Passarinhos - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo; culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura e criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime de confinamento - Corinto/MG - Licença Ambiental Simplificada/Relatório Ambiental Simplificado (LAS/RAS) - PA/SLA/Nº 994/2023 - PA/SEI/Nº 1370.01.0044389/2023-02 - Classe 3. Apresentação: URA CM. PEDIDO DE VISTAS pelo Conselheiro Henrique Damásio Soares representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio
Presidente Suplente da Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo indeferimento: 2) Jeta Transportes Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Cláudio/MG, processo nº 1109/2024.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

RETIFICAÇÃO

(Publicado no Diário Oficial de “MG” no dia 04/07/2024 - pág. 14)

Onde se lê:

“O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna sem efeito a publicação do arquivamento do processo de licenciamento ambiental 1) SCV Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., atividades e empreendimentos residenciais multifamiliar, comerciais ou industriais previstos no art. 4º-B, da Lei Estadual 15.979 de 2006, desde que sujeitos ao licenciamento ambiental estadual nos termos da Deliberação Normativa Copam nº 222, de 23 de maio de 2018, Nova Lima /MG, Processo nº 406/2024, classe 4, realizada no Diário Oficial de “MG” no dia 03/05/2024 - página 11, tendo em vista a necessidade de retificação da publicação.”(…)

Leia-se:

“O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna sem efeito a publicação do arquivamento do processo de licenciamento ambiental 1) SCV Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., atividades e empreendimentos residenciais multifamiliar, comerciais ou industriais previstos no art. 4º-B, da Lei Estadual 15.979 de 2006, desde que sujeitos ao licenciamento ambiental estadual nos termos da Deliberação Normativa Copam nº 222, de 23 de maio de 2018, Nova Lima /MG, Processo nº 406/2024, classe 4, realizada no Diário Oficial de “MG” no dia 03/05/2024 - página 11, tendo em vista a necessidade de anulação do ato.”

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

*Licença de Operação Corretiva (LAC1): Alto da Boa Vista Mineração Ltda., lavra a céu aberto - rochas ornamentais e de revestimento; aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento pegmatitos, gemas e minerais não metálicos - Papagaios/MG, PA/SLA/ Nº 4511/2022, ANM/Nº 831050/1990, Classe 4. CONCEDIDA COM CONDIÇÕES (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) realizada em 27 de maio de 2024. Informa ainda que foram concedidas as Portaria de Outorga nº 1303666/2022, Usuário: Alto da Boa Vista Mineração Ltda. e Portaria de Outorga nº 1303668/2022, Usuário: Alto da Boa Vista Mineração Ltda.. Válidas durante o prazo de vigência da Licença.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana

04 1962283 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, com validade: 10 (dez) anos. 1) Divina Borges Lemes Pereira/ Fazenda Salthinho - Matr. 34.354 - Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Indianópolis e Nova Ponte/MG - PA nº 1157/2024, Classe 2. 2) Duratex Florestal Ltda./ Fazenda Barra -Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d’água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal -Veríssimo/ MG - PA nº 1156/2024, Classe 2. 3) Duratex Florestal Ltda./ Fazenda Maria Preta - Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d’água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal - Veríssimo/MG - PA nº 1155/2024, Classe 2. 4) Transportadora SBH Ltda. - Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos - Uberlândia/MG - PA nº 1154/2024, Classe 1. 5) Transportadora Contatto Ltda. - Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos - Uberaba/ MG - PA nº 1152/2024, Classe 1.

(a) Bruno Neto de Avila
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro.

04 1961959 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro da Feam, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou à Superintendência Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro a: 1) Licença de Operação Corretiva (LAC1): * Noely Amuy Marquez Mamede/ Fazenda Córrego do Macaco, Matr. 10.917 - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime de confinamento, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo Ipiacu/MG - PA/SLA nº 1150/2024, Classe 4.

(a) Bruno Neto de Avila
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro.

04 1961958 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro torna público o ARQUIVAMENTO da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada: 1) Antônio Ione Teixeira de Jesus Eireli/Fazenda Santana, ANM 831344/2015 - Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho - Abadia dos Dourados e Coromandel/MG - PA/SLA nº 475/2024, Classe 3. Motivo: deixar de apresentar a complementação de informações conforme solicitado.

(a) Bruno Neto de Avila
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro, torna público o CANCELAMENTO das Licenças Ambientais abaixo identificadas: 1) Licença Ambiental Simplificada modalidade LAS CADAstro: *Vilmondes Cardoso Franca/Fazenda Quilombo matrícula 40045- Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas) – Araguari/MG, Processo nº 4522/2021, Classe 2. Motivo: A Pedido do Requerente/Procurador, conforme processo SEI nº 2090.01.0010653/2024-39. *Pedro Fernandes de Oliveira/ Fazenda Cocais, Lugar Fortaleza - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil – Irai de Minas/MG, Processo nº 311/2020, Classe 2. Motivo: A Pedido do Requerente/Procurador, conforme processo SEI nº 2090.01.0015293/2024-83.

(a) Bruno Neto De Avila
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro.

04 1961973 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS:

1) Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. - Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos – Montes Claros/MG - PA/nº 1174/2024, Classe 3.

(a) Mônica Veloso de Oliveira.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

04 1962161 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas, torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado: - Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS/RAS: 1) Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas Codanorte - Aterro sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte – ASPP - Manga/MG - PA/nº 1032/2024, Classe 2. Motivo: erro na caracterização do empreendimento conforme Parecer Técnico FEAM/URANM - CAT nº. 83/2024.

(a) Mônica Veloso de Oliveira.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

04 1962209 - 1

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Cerh-MG

DELIBERAÇÃO CERH-MG Nº 601, DE 03 DE JULHO DE 2024.

Altera a Deliberação CERH-MG nº 542, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros do Câmara Normativa e Recursal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, para o mandato 2023-2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, o art. 15 do Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, e o art. 1º da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 26, de 31 de janeiro de 2024, DELIBERA:

Art. 1º – O subitem 2.1 do item 2 da alínea “a” do inciso IV do art. 2º, da Deliberação CERH-MG nº 542, de 30 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...)

IV – (...)

a) (...)

2 – (...)

2.1 – Titular: A indicar;”.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2024.
LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

DELIBERAÇÃO CERH-MG Nº 602, DE 03 DE JULHO DE 2024